

## Amaral já lamenta a campanha

Constituinte de 46, o senador Amaral Peixoto (RJ), 81 anos, presidente do PDS, está preocupado com o nível da campanha eleitoral pela Constituinte. — Tem gente no Estado do Rio que está prometendo pagar a dentadura dos eleitores. O que a futura Constituição tem a ver com dentaduras? —  
Acredita o presidente do PDS que a renovação do Congresso Nacional "será brutal" em consequência de diversos fatores, o que o deixa muito preocupado porque vários parlamentares e políticos deveriam participar da Constituinte, que poderá vir a ser "conduzida pelas galerias".

### DECADÊNCIA

Esse, a seu ver, é um momento triste para os políticos. Pior, mesmo, que nos períodos da ditadura militar. Diariamente assiste ao noticiário noturno das tevês e é com o maior pesar que constata a ausência dos políticos, ao contrário do que acontecia no passado.

Hoje predominam os tecnocratas. Rapazes novos, até muito bons, mas sem o conhecimento político, a experiência pública. A queda de prestígio dos políticos tem várias causas, como a desmoralização dos partidos — "não existem mais" — e o exercício indevido dos cargos públicos, usados para proveitos pessoais em muitos casos.

Agora mesmo estamos vendo milhares de nomeações, prejudiciais ao erário. Isto não pode acontecer. No passado havia mais respeito. No meu Governo fiz um concurso em que o Célio Furtado, um homem muito inteligente, o ministro da Cultura, foi o primeiro colocado.

### COMO SERÁ

Não se considera Amaral Peixoto em condições de prever o que será a futura Constituição. Constata que, "infelizmente, há uma apatia do povo em relação à Constituinte", mas não sabe explicar por quê. A campanha do Rio, que mal começou, é uma demonstração lamentável. "Prometem tudo. Até dentadura".

As galerias terão uma influência ponderável na Constituinte se prevalecer o sistema dos últimos anos porque a pressão direta sobre os parlamentares sempre reflete. Por isto, vê com satisfação as medidas adotadas recentemente para evitar os abusos das galerias.

O ponto básico da Constituinte será definir o regime de Governo. Confessa o presidente do PDS que é favorável ao parlamentarismo, mas não aprova uma fórmula que permita a queda frequente do gabinete. Se fosse constituinte lutaria pela inclusão de medidas de proteção efetivas ao meio ambiente. "Não há os direitos do cidadão? Temos de cuidar dos direitos da natureza. O que fizeram com Cabo Frio foi um absurdo".

### ELEITOR

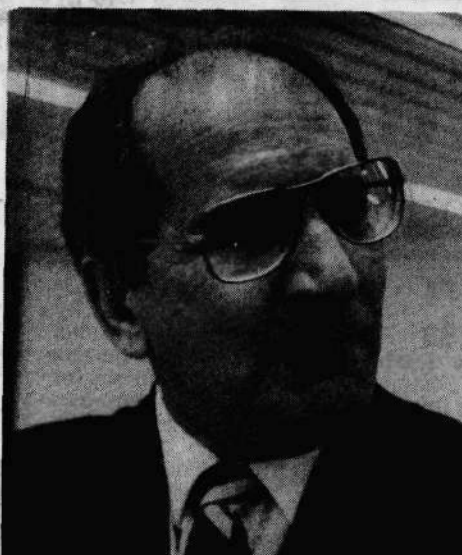
Amaral Peixoto gostaria que alguns políticos estivessem presentes na Constituinte. Apesar de terem posições diversas, homens como Daniel Kriger, Magalhães Pinto, Ulysses Guimarães, Afonso Arinos, Paulo Brossard, Jarbas Passarinho, Miguel Arraes, Josaphat Marinho, Nelson Carneiro e Leonel Brizola teriam grandes contribuições e se projetariam no debate da futura Constituição. Ele não aponta nenhum dos "novos" porque tem, com eles, um relacionamento mais distante.

Ao citar o nome de Ulysses, seu antigo companheiro faz uma digressão: — O Ulysses é muito importante. Estou confiante que se recuperará totalmente. Agora, veja o que o PMDB está fazendo com ele. Simplesmente desconhecera sua posição favorável à eleição do Freitas Nobre para Fundação Pedrosa Horta. Os partidos estão acabados.

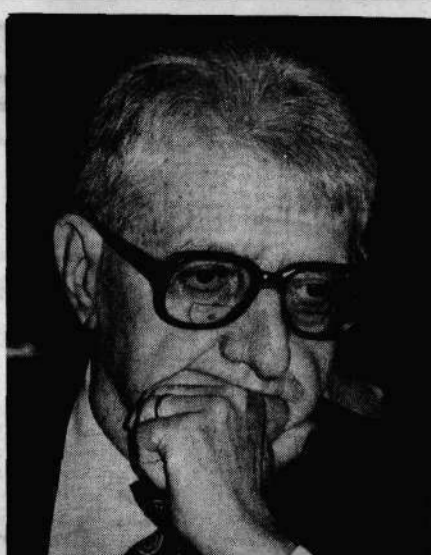
## Príncipe prega volta da monarquia

Porto Alegre — O príncipe dom Philippe de Tasso Saxe-Coburgo e Bragança, trineto de dom Pedro II, afirmou que a Constituinte deve escolher para o Brasil o sistema que "mais atenda aos interesses do povo". Advertiu que "não pode ser à força, como em 64", e informou que, pessoalmente, defende a instauração de um regime monárquico com um sistema de governo parlamentarista. Para o príncipe, o parlamentarismo é o sistema mais avançado.

Mas reconheceu que a República está fortemente implantada no Brasil e que será necessário um grande trabalho para que a sociedade aceite a monarquia.



Maurício Correa, da OAB-DF, não aceita crítica de Afonso Arinos a Baeta



# OAB não aceita crítica a Baeta

O Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil — seção do Distrito Federal enviou ofício ao professor Afonso Arinos, presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, protestando contra os termos da entrevista que concedeu à revista Veja. O ofício, assinado pelo presidente regional Maurício Correa, faz a defesa do presidente da OAB, Hermann Assis Baeta, apontado por Afonso Arinos como nome que "não tem uma situação relevante no meio jurídico" e que "não é um líder da ciência jurídica no Brasil".

— Por deliberação unânime do Conselho da Ordem dos Advogados, no Distrito Federal, levo a Vossa Excelência a nossa repulsa à



expressão desdenhosa e injusta com que, em insólita entrevista concedida às páginas amarelas da revista Veja se referiu à entidade dos advogados brasileiros, por lei incumbida de zelar pela preservação do estado democrático e legitimidade da Constituição votada pelo povo.

Diz ainda a nota da OAB/DF:

— É de hoje a denúncia dos setores mais responsáveis da imprensa quanto à inclinação perigosa do órgão oficial dirigido por Vossa Excelência, para adoção de "estado de alarme", à sombra do qual ressurgirão as prisões suspeitas de suspeitos crimes contra o Estado.

E acrescenta: "Os advogados brasileiros preferem insistir na convocação de uma assembleia popular indene à influência dos históricos, se vem fazendo desde o tempo de seus ilustres antepassados, igualmente engajados, outrora, em empreitadas sinistras de impor a lei maior aos desafortunados concidadãos".

## Ferro Costa defende "notáveis"

Rio — O ex-deputado Clóvis Ferro Costa, hoje um dos vice-presidentes da União Internacional dos Advogados e membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, está entusiasmado com o trabalho produzido no órgão presidido pelo jurista Afonso Arinos e garante que a "comissão vai ajudar o País a dar um grande avanço em todos os setores".

Segundo Costa Franco, a comissão aprovou um elenco de medidas de alto alcance social e também nas áreas da economia, justiça, segurança e outras. Entre elas, ele cita a jornada semanal de 40 horas, aposentadoria para civis e militares, com reajustes correspondentes ao pessoal da ativa, supressão de quaisquer descontos nos vencimentos dos aposentados, aposentadoria para as donas-de-casa e as camponesas, maior ajuda para o menor abandonado e as populações carentes e melhor tratamento para o índio. Destaca também as con-

quistas em relação ao salário mínimo, o Poder Judiciário e a reforma agrária.

"Nos direitos sociais", disse Ferro Costa, "a comissão restaurou velhas conquistas e incorporou novas. Fomos duramente criticados porque defendemos as 40 horas de trabalho semanal, esqueceram-se de que este preceito já existia na Constituição de 34 (artigo 121) promulgada há mais de 50 anos".

Ele explica que "as constituições autoritárias restabeleceram a jornada de 48 horas. Nesse caso, nem será um avanço, mas a restauração da velha garantia constitucional".

— Avancamos na direção do salário justo. Com o texto proposto, ele poderá ser defendido até na Justiça. Ao fixar-se a comissão constituir pelo salário justo e real, contrapôs-se à fixação dos cálculos meramente administrativos, através de decretos, e abriu o debate, na sociedade — disse.

"Entramos firmemente no problema da reforma

agrária. Mantivemos a diretriz de a reforma agrária ser um princípio constitucional e inovamos no sentido de permitir a desapropriação — mediante justa indenização em dinheiro e não em títulos públicos — de empresas rurais".

Em relação às Forças Armadas, segundo Ferro Costa, a comissão entendeu, por expressiva maioria, que elas têm missão constitucional de altíssima significação quanto à segurança nacional, "mas sem ingerência na vida interna do País". Elas são incumbidas de garantir os poderes constitucionais e não os "constituídos", como está expresso na atual Constituição. Os poderes constitucionais são aqueles que derivam de eleições democráticas. Os "constituídos" podem ser constituídos de qualquer forma inclusive pela força.

"Esta é a posição de todas as democracias avançadas, porque as Forças Armadas devem ser algo intocável, acima das divergências internas e sem qualquer selva de partidatismo", disse ele.

## TV deve ser democratizada

Recife — A democratização das concessões de canais de televisão e rádio, a fiscalização dos lobbies que vão atuar na Assembleia Nacional Constituinte, a criação de um "Diário Constituinte", foram temas do debate realizado ontem, na Universidade Federal de Pernambuco, sobre "Imprensa e Constituinte".

O jornalista Homero Fonseca, assessor de imprensa da prefeitura de Recife, disse que é preciso uma redefinição da política de comunicação social do

País e da questão do direito à informação. Ele citou, como exemplo, a necessidade de democratizar as concessões de canais de televisão e rádio, pois, no seu entender, "a entrega de uma concessão de rádio ou televisão deve passar obrigatoriamente pelo crivo da sociedade".

Fonseca disse também que haverá uma grande dificuldade para a atuação da imprensa durante a Assembleia Nacional Constituinte, e acrescentou: "Cabe a nós, jornalistas, lutar de todas as formas para

que a sociedade seja informada integralmente dos debates e do encaminhamento das questões constitucionais".

A professora de Comunicação Social da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Tereza Halliday, que também participou do debate, acha, que "dada a importância do tema a imprensa já devia estar voltada para discutir as propostas dos candidatos e suas qualidades, em vez de estar discutindo problemas triviais, como a exigência de diploma do jornalista".

## Universidades também debaterão

Praticamente todas as universidades brasileiras, neste ano em que serão eleitos os novos "constituíntes", estão promovendo atividades e debates sobre os temas que desejam ver incluídos na futura Constituição brasileira.

Como Instituições de Ensino Superior que são, responsáveis pelas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, as universidades não poderiam alinhar

neste importante momento da vida nacional.

Para aglutinar estas experiências vividas isoladamente nos quatro cantos do país e possibilitar maior troca de informações sobre as discussões em torno da Constituinte, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) promoverá, nos dias 18 e 19 de junho, o "Encontro de Coordenadores de Atividades nas IES Sobre a Consti-

tuínte", na sua sede, em Brasília.

O ex-ministro da Educação e atualmente membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, Eduardo Portella, será um dos debatedores do Encontro, que reunirá representantes de todas as universidades brasileiras e do Ministério da Educação, inclusive o secretário de Educação Superior do MEC, Paulo Elpidio de Menezes Neto.

## Liberdade também ajuda a saúde

Belo Horizonte — Ao participar em Belo Horizonte, do seminário, "Constituinte e Saúde", o farmacologista e diretor da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, José Elias Murad, destacou a importância do regime democrático como o que o País vive atualmente, para a solução dos problemas médicos da população, afirmando que "essa possibilidade de apresentação de idéias com inteira liberdade é o fundamental para atingir as soluções".

Ele pediu que o controle da qualidade de alimentos seja um dos objetivos da nova política de saúde que o Brasil vai ter após a Assembleia Nacional Constituinte, para que se evite doenças transmissíveis por contaminação de alimentos.

### APOSENTADOS

A Associação dos Funcionários Aposentados do Estado de Minas Gerais — (AFAEMG) — reivindica equiparação salarial entre os servidores públicos federais, estaduais e municipais.

"Queremos que se dê ao aposentado condições de identidade, dignidade econômica, social e emocional". Pois segundo acentua a presidente da AFAEMG, Marta Nair Monteiro, isso apenas consistiria em uma demonstração de respeito pelo que o aposentado já foi, pelo que ainda é e pelo que está sofrendo.

Em carta enviada à Comissão de Estudos Constitucionais, presidida pelo jurista Afonso Arinos, a representante dos aposentados sugere o seguinte artigo para o anteprojeto de

Constituição em elaboração: "Os proventos do aposentado da União, Estado ou Município terão igual composição de valores de vencimentos e de quaisquer vantagens pecuniárias objeto de pagamento em relação ao do respectivo cargo da ativa, inclusive, quando a este forem atribuídas condições inovadas por forma legal".

Marta Monteiro critica, a defasagem verificada entre os salários dos funcionários da ativa e os dos aposentados. "A perda remuneratória em relação ao pessoal da ativa é notória", salienta. Essa defasagem aumenta a cada reajuste de salários, agravada pela política do Estigar de Minas Gerais de legislar através de conceito do serviço ativo, segundo explica a presidente da associação.